



GRUPO DE
TRABALHO DE
EDUCAÇÃO
MÉDICA

vp.em@anem.pt

www.anem.pt

Entrevista aos Directores das Escolas Médicas sobre *numerus clausus*.

Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade da Beira Interior (FCS-UBI)

Prof. Dr. Miguel Castelo-Branco (Antigo Director)

Data de Entrevista: Fevereiro de 2012

1. Nos últimos 15 anos tem-se assistido a um aumento constante no nº de vagas das Faculdades de Medicina. Qual a opinião do Professor sobre o assunto?

A primeira fase do aumento das vagas nas faculdades de Medicina foi claramente necessária, porque aquilo que, provavelmente, aconteceu foi uma resposta a um excesso na restrição ao acesso a Medicina. Agora, numa fase mais recente, a questão que se põe é se Portugal realmente precisa de formar tantos médicos quanto os que está a formar, considerando que, neste momento, nem sequer é apenas o nosso país que está a formar médicos para trabalhar em Portugal, mas que existem também várias escolas pela Europa fora a formar médicos que, em princípio, se destinam a Portugal - como aliás já tem sucedido em anos anteriores.

Portanto, essa é a questão de fundo. As Universidades têm assumido o aumento do número de vagas decidido pelo Governo, mas eu mantenho a pergunta: será que Portugal, neste momento, precisa de tantas vagas quanto aquelas que está a disponibilizar? Essa é a questão de base. Penso que, de uma vez por todas, era importantíssimo que se fizesse um estudo que acabasse com estas dúvidas. A Ordem dos Médicos assumiu também este compromisso de elaborar um estudo sobre as necessidades formativas em Portugal, de modo a também poder dar o seu contributo, tentando com isso terminar esta questão, esta dúvida sobre o que

precisamos. Só espero que isto seja feito com a maior brevidade possível, permitindo dum forma objectiva assumir as melhores decisões.

2. Considera que o actual *numerus clausus* desta Faculdade/Escola Médica prejudica as condições de ensino-aprendizagem nesta instituição? De que forma?

Eu diria que torna o processo muito mais exigente. Isto porque, sendo uma faculdade que assumiu, desde o princípio, a ideia de ter um rácio tutor/estudante o mais baixo possível, sendo uma faculdade que assumiu o trabalho em grupo e a dinâmica de grupo entre os estudantes e as tutorias com poucas pessoas como um objectivo, o que acontece quando o número de pessoas aumenta é que o esforço é muito maior e mais exigente. Apesar disso, a faculdade tem estado a responder ao que nos é exigido, tentando manter ao máximo a qualidade da formação no desenrolar do curso. É claro que é uma exigência muito mais significativa do que a que existia quando os grupos eram mais pequenos.

Apesar de tudo, na perspectiva de termos de encontrar soluções novas e originais, até se torna num desafio interessante. Mas claro que o fundamental é que se mantenham, por um lado, aqueles que são os nossos princípios organizativos – porque continuamos a acreditar que são princípios adequados – e, por outro lado, que os estudantes saiam beneficiados e não prejudicados no processo.

3. Quais as soluções que podem ser encontradas para responder às necessidades pedagógicas do actual número de estudantes que frequentam o Mestrado Integrado em Medicina nesta Faculdade/Escola Médica?

Basicamente, o que temos feito é aumentar o número de unidades de ensino, portanto, tutorias, no caso dos anos mais básicos, e de locais de estágio, no caso dos anos

clínicos. Quanto a aumentar a rede de hospitais que estão envolvidos com a universidade, já o estamos a fazer desde o ano passado; também estamos a aumentar o número de centros de saúde. Continuaremos a fazê-lo até ao ponto em que tenhamos capacidade de responder ao número de alunos que estamos a receber. A nossa capacidade de resposta passa por aí.

Também estamos a otimizar o processo de ensino ao longo dos anos clínicos, mas mantendo os objectivos de qualidade no processo de aprendizagem, que garantem que são obtidas as competências que nós pretendemos que os nossos estudantes, e futuros graduados em Medicina, obtenham.

4. Considera que as infra-estruturas actuais, e as recentemente construídas, conseguem dar resposta ao actual nº de estudantes que frequentam o Mestrado Integrado em Medicina na Faculdade/Escola Médica? Porquê?

Sim, eu penso que sim. Ainda temos espaço de manobra para poder gerir o número de alunos que estamos a encaixar.

5. Acredita que a capacidade das instalações e recursos humanos para aprendizagem em meio clínico são suficientes para o actual nº de estudantes? Porquê?

Tendo em conta aquela perspectiva de que já falamos, isto é, de aumentar o número de instituições de saúde associadas, pensamos que sim. Mas mantendo sempre a perspectiva de que é necessário aumentar o número de instituições associadas.

6. Os estudos efectuados sobre as previsões de recursos afectos à saúde, nomeadamente os médicos, prevêem um excedente destes profissionais a breve prazo. Como encara esta possibilidade?

Utilizar os rácios de médicos/população é uma forma muito simplista de abordar a questão. É verdade que, se formos por esse número simplista, até já estaríamos bem. Só que a realidade é que não estamos. Continuamos a ter problemas muito complicados de acessibilidade da população aos cuidados de saúde e, em algumas áreas, de falta de especialistas – claramente o caso da Medicina Geral e Familiar. Logo, isto só significa que não é possível olhar para a questão de uma forma tão simples quanto essa dos rácios.

O que é mais importante é que rapidamente se definam e se calculem adequadamente quais são as necessidades formativas em termos nacionais, quer de novos médicos, quer de novos especialistas nas várias áreas. Isso para mim é fundamental e esse é o passo que deve ser primordial nesta matéria. Isto porque aquilo que tem acontecido, infelizmente, é que não tem havido um grande entendimento entre os vários estudos que têm sido feitos. Os estudos quase que se vão multiplicando, mas têm sido, alguns deles, relativamente parcelares, acabando por não ser suficientemente abrangentes de forma a terem todos os dados para resolver o problema. Depois, a certa altura, criam desconfiança - levando-nos a questionar, a cada novo estudo que surge, “Mas o que é que querem provar com isto? É realmente a resposta ao problema ou é, afinal, mais uma acha para a fogueira?”. Esse é para mim o problema fundamental e, por isso era muito importante que fosse feito um estudo claro, rápido, que juntasse as entidades competentes para esta matéria e que apresentasse resultados de forma célere.

Na realização deste estudo, deveria, estar envolvida a Ordem dos Médicos - cuja participação seria muito importante - e também o Ministério e as Faculdades, como entidades neutras no processo no que diz respeito

às necessidades formativas de especialistas. Eventualmente, há uma desorganização sob o ponto de vista da rede de saúde, que precisa de ser rapidamente reorganizada – penso que há diligências em curso que virão nesse sentido e há atitudes que já foram tomadas que são claramente nesse sentido.

Há, também, um conjunto de dados que estão em evolução e que, obviamente, devem ser considerados neste tipo de análise, que rapidamente têm de ser equacionados, sendo que devemos rapidamente chegar a uma solução para essa equação - e penso que ela deveria estar pronta antes do próximo ingresso dos próximos estudantes no próximo ano. Portanto, temos alguns meses para tratar disto e é importante que estes meses sejam bem aproveitados para resolver estas dúvidas.

Mas se, por um lado, não faz sentido estarmos a desperdiçar recursos para formar especialistas em áreas que não são necessárias - e para mais numa fase em que temos de ser o mais racionais que for possível em relação a este tipo de questões -, por outro lado, temos as necessidades das populações que precisam realmente de ser respondidas. É necessário gerir estes interesses, acautelando particularmente os últimos, mas também não apontando para nenhum excedente, porque isso não faz sentido - aliás, mesmo sob o ponto de vista economicista, quem pense que ter excedente de médicos é favorável à economia, desengane-se! Todos os estudos feitos em países em que há excedentes de oferta de médicos demonstraram que não houve nenhum ganho em termos de economia da saúde e, pelo contrário, houve acréscimo dos custos e não diminuição dos mesmos. Esse é um aspecto muito importante, porque, por vezes, as pessoas olham para sistemas de economia básicos, em que, teoricamente, o excesso de oferta faz baixar os preços. Mas, no caso da saúde, as coisas não funcionam assim.

Se, neste momento, já houver um excedente de médicos em Portugal, teremos de viver com a situação que tiver sido criada e as pessoas terão que resolver esse problema

e encontrar uma solução para a sua vida, isso já acontece noutras graduações. Apesar de tudo, as pessoas não devem considerar que os mercados de hoje são mercados de um país só. Logo, caberá a cada um resolver o seu problema pessoal. Não me parece que em áreas tão sensíveis como a saúde, e quando estamos a falar de ensino público, faça muito sentido andar a investir em criação de recursos excedentários. Hoje, o objectivo na maior parte dos países é que todas as pessoas tenham um curso superior, pelo que o desemprego andarà pelas pessoas com cursos superiores e não entre aqueles que os não têm. Isso é uma realidade nos países na época actual. Aquilo que pode acontecer é que a Medicina seja um curso que também vai gerar esse tipo de situação, quando até agora não tem sido. Julgo que, acima de tudo, é essencial que as vagas sejam abertas em função das necessidades.

Há ainda um outro problema, que é extremamente complexo: mais uma vez ficou patente, este ano, que a procura de cursos de medicina é enorme. O número de pessoas que fica à porta das faculdades é elevado. Isso também cria muita pressão no sentido das vagas serem abertas e cria a oportunidade para as pessoas fazerem formações dentro do espaço europeu, que é um espaço aberto. Essa é uma questão com a qual vamos ter de continuar a viver e que também tem de ser considerada neste tipo de análises (das necessidades formativas).